

Alda Mourão Filipe
Coordenadora

A REGIÃO de

LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

908/LEI/53

Alda Mourão Filipe
Coordenadora

25/02/10

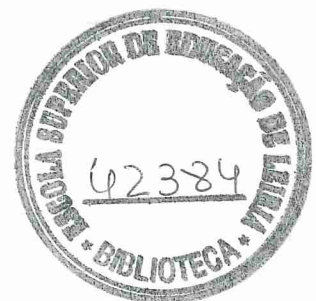
A REGIÃO de

LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO
Um percurso histórico e geográfico

A Biblioteca da nossa escola,
oferta dos gestores

Alda M.
Mourão



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

FICHA TÉCNICA

Título:

REGIÃO DE LEIRIA
IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO

Coordenação:

Alda Mourão Filipe

Texto:

Alda Mourão Filipe
Dina Duarte Alves
Graça Poças Santos

Fotografia:

Joana Soares

Mapas:

Vitor Torres

Foto das guardas do livro:

Instituto Geográfico Português

www.igeo.pt

Landsat, 1998; Composição 543, resolução: 25 metros.

Direcção de Arte:

Works, Comunicação Global

www.works.com.pt

Editor:

Instituto Politécnico de Leiria

www.ipleiria.pt

Rua General Norton de Matos

Apartado 4133

2411-901 Leiria

Portugal

Tel.: 234 406 300

Fax: 234 406 301

Impressão:

Guide - Artes Gráficas, Lda

www.guide.pt

Tiragem:

2500 exemplares

Agradecimentos:

Barros III, Castanheira de Pêra

Câmara Municipal de Leiria

Câmara Municipal da Marinha Grande

Canívidro,

Cerâmica Vala,

Escola Amarela, Leiria

Fábrica - Museu Bordalo Pinheiro, Caldas da Raíña

Icomatro, Pombal

Instituto Geográfico Português

Direcção Mosteiro Alcobaça

Direcção Mosteiro Batalha

Museu Escolar, Marrazes - Leiria

ISBN:

972-8793-05-7

Depósito Legal:

233938/05

Data da 1.ª edição: Outubro de 2005

Foto da Capa:

Leiria, Vista do Castelo



LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

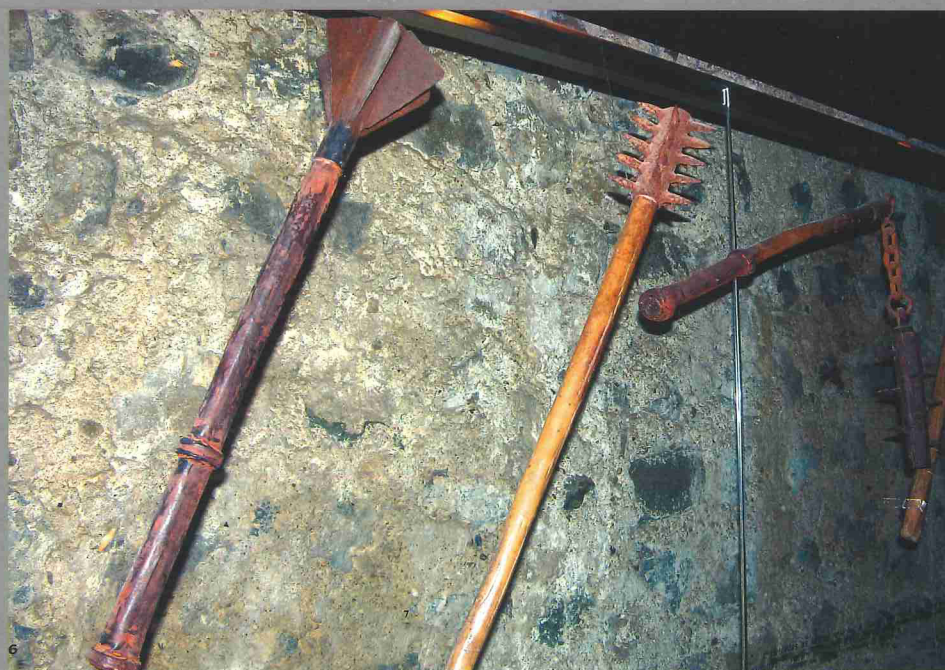
Leiria e a Reconquista Cristã

A presença humana no território que constitui actualmente Portugal remonta aos tempos pré-históricos. Prova disso são as pinturas rupestres, as construções megalíticas e os vários achados encontrados, amiúde, em Portugal. Sucessivamente ocupado por diferentes povos, entre os quais os túrdulos, celtas, lusitanos, romanos e visigodos foi, no século VIII ocupado pelos muçulmanos que, em poucos anos, ocuparam praticamente toda a Península Ibérica. Contudo, duas pequenas zonas montanhosas, situadas no Norte da Península, resistiram estoicamente às suas investidas: a Norte, as Astúrias e, a Nordeste, os Pirinéus, cujas características naturais constituíam uma barreira que se revelou eficaz para proteger os cristãos que aí procuraram refúgio. Estes constituíram os dois núcleos de resistência cristã a partir dos quais se iniciou a Reconquista Cristã, cujo principal objectivo consistia em recuperar os territórios peninsulares cristãos perdidos para os invasores muçulmanos.

O avanço dos cristãos para Sul originou a formação dos reinos cristãos de Leão, Castela, Navarra, Aragão e o pequeno Condado da Catalunha. Serão estes que conduzirão o processo de Reconquista nos séculos seguintes. Aproveitando as fragilidades dos reinos muçulmanos, fruto de lutas internas, os cristãos avançam para Sul e, em 1064, Fernando Magno, rei de Leão, conquista definitivamente a cidade de Coimbra que se converte, durante quase um século, na fronteira Sul daquele que será o futuro Condado Portucalense.

O recrudescimento do poder muçulmano colocou um travão no avanço cristão, infligindo pesadas derrotas aos seus exércitos. Face à impossibilidade de, sozinhos, conterem as investidas inimigas, os reis cristãos peninsulares procuram ajuda exterior, solicitando aos outros reinos da *Respublica Christiana* auxílio para este empreendimento, uma vez que combatiam inimigos comuns. A *Respublica Christiana* responde aos apelos dos seus irmãos, enviando o auxílio na forma dos Cruzados, desviados do seu caminho em direcção à Terra Santa, para mais uma tentativa de libertar Jerusalém do jugo do infiel muçulmano – afinal o inimigo estava mais próximo e constituía uma ameaça real ao cristianismo na Europa.

Entre aqueles que responderam ao apelo peninsular encontrava-se Henrique de Borgonha, cruzado francês que, pelos serviços prestados a Afonso VI, rei de Leão, recebeu deste, em 1096, um território compreendido entre o rio Minho, a Norte, e o rio Côa, a Este e, a Sul, desde o rio Mondego à Serra da Estrela, sendo que a Oeste o Oceano Atlântico estabelecia a fronteira. Este território constituía o Condado Portucalense, o berço do futuro reino de Portugal.



Assim, foi à volta de uma pequena cidade do Noroeste, *Portucale*, junto à foz do Douro, na sua margem direita, que se aglutinou o corpo político a partir do qual se formará o Estado português. Esta cidade, *Portucale*, foi a primeira sede de governação do Condado, e um importante ponto de apoio na defesa das fronteiras cristãs. O seu território foi progressivamente incrementado com a conquista das cidades de Braga, Lamego, Viseu e, mais tarde, de Coimbra¹.

Ainda em finais do século XI, Afonso VI de Leão deslocou a frente da Reconquista do Mondego para o Tejo mas a poderosa reacção almorávida gorou os seus esforços, sendo obrigado a abandonar os territórios recentemente conquistados.

A morte do Conde D. Henrique promoveu a ascensão da sua viúva, D. Teresa, ao governo do Condado devido à menoridade do seu filho Afonso Henriques, o seu herdeiro natural. A nova governante entrou num perigoso jogo de alianças políticas com nobres da Galiza, o que muito desagradou à nobreza portugalense ciosa da sua autonomia face ao reino vizinho. Receosos com a cada vez maior proximidade entre D. Teresa e a nobreza galega, os infanções portugalenses encontraram no jovem Infante Afonso Henriques o herdeiro natural de seu pai e garante da sua autonomia, apoiando-o, ou apoiando-se nele, na sua luta contra aquela que regia os destinos do Condado e os seus duvidosos apoiantes. Desta luta saiu vitorioso Afonso Henriques e a nobreza portugalense que, na Batalha de São Mamede, em 1128, a primeira tarde portuguesa nas palavras do historiador José Mattoso, infligiram uma pesada derrota aos apoiantes de D. Teresa.

Afonso Henriques assumiu o governo do Condado, passando a travar uma luta em duas frentes pois, ao mesmo tempo que tentava consolidar a autonomia do Condado que herdou face a Leão e Castela, procurava alargar os limites do seu território ao avançar com a Reconquista para Sul. Para alcançar o primeiro objectivo, procedeu à invasão da Galiza mas, as investidas muçulmanas a Sul obrigaram-no a desistir de tais pretensões, dirigindo os seus esforços para a contenção dessas investidas².

Nesta altura, a faixa Mondego-Serra da Estrela constituía um limite natural e, simultaneamente civilizacional, representando uma longa pausa no avanço da Reconquista. Estes limites meridionais foram herdados por Afonso Henriques, constituindo, além de uma barreira defensiva, um importante apoio na frente de batalha, que se deslocará, sob a sua égide, vitoriosamente para Sul.

Ocupada definitivamente em 1064, Coimbra constituiu, durante muito tempo a fronteira Sul das terras cristãs. Apesar das esporádicas conquistas nas margens do Tejo, perdidas pouco tempo depois, os muçulmanos continuavam a assolar a região do Mondego, ameaçando constantemente Coimbra, afugentando a população, chegando mesmo a cercar a cidade no ano de 1117 que, embora tenha resistido heroicamente, sofreu muitos estragos nos seus arredores.

Face à insegurança causada pelas investidas muçulmanas, tornava-se imperativo assegurar a estabilidade a Norte do Mondego. A consciência desta necessidade terá como consequência imediata a adopção de uma estratégia defensiva que consistia na ocupação da região situada entre o Mondego e o Tejo. Desta forma deslocar-se-ia a fronteira Sul do Condado Portugalense, resultando num aumento do território ao mesmo tempo que se assegurava a estabilidade e a segurança de Coimbra, cidade para a qual Afonso Henriques havia mudado a sede da sua governação ao fixar aí a corte e a sua própria residência³.

De facto, até 1135, data da conquista e fundação do castelo de Leiria, assim como de esporádicas e infrutíferas incursões em territórios muçulmanos, não houve nenhuma tentativa importante de Afonso Henriques para aumentar os territórios a Sul, uma vez que se encontrava ocupado em campanhas a Norte, na Galiza, de forma a alargar aí os seus domínios e consolidar a sua autonomia, tentando, desta forma, alcançar a tão desejada independência do Condado. No interior, como referimos anteriormente, a Cordilheira Central constituía, por si só, uma barreira natural praticamente inexpugnável, necessitando de menores defesas artificiais.

Contudo, as constantes ameaças muçulmanas a Coimbra fizeram com que Afonso Henriques dirigisse as suas atenções para a fronteira Sul, uma vez que era aquela que maiores preocupações lhe causava. Era vital para a segurança do Condado a defesa dos campos do Mondego.

A Sul do Mondego, a Reconquista processou-se de forma diferente da verificada no Noroeste. Com efeito, a Sul, a presença muçulmana foi mais intensa e duradoura, pelo que a sua influência sobreviveu ao fim do seu domínio. Nestes territórios, a sul do Mondego, assolados por 150 anos de lutas, não havia a densa população rural do Norte do Vouga. Os territórios do Centro e do Sul não conheceram os longos períodos de acalmia que ao Norte do Mondego separaram as principais actividades militares, favorecendo a estabilidade da vida rural⁴. Além do fluxo e refluxo das armas cristãs, as populações a Sul do Mondego sofreram com as lutas armadas entre os senhores muçulmanos que, durante os dois períodos dos reinos de Taifas, estalavam ao menor pretexto. As invasões dos Almorávidas e dos Almóadas foram penosas para a maneira de viver dos cristãos quer pelo seu fanatismo e intolerância, quer pela sua falta de respeito para com a sua fé e costumes. Assoladas pela guerra, "entaladas" entre os dois exércitos beligerantes, as populações abandonaram as suas terras, originando vastas áreas de "terra de ninguém" que, sem dono ou senhor, foram palcos de intensas batalhas. Estas terras, depois de conquistadas foram doadas à Igreja, aos nobres ou, para promover o seu povoamento, foram criados concelhos, os quais, se de iniciativa régia, estavam mais protegidos dos constantes abusos senhoriais.

¹ Orlando Ribeiro, "A formação de Portugal", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, direcção de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

² *Idem*.

³ José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

⁴ Orlando Ribeiro, *Ob. cit.*



No centro da Estremadura, Santarém, Óbidos, Torres Vedras, Alenquer, Lisboa e Sintra constituíam os principais centros administrativos muçulmanos, logo, cidades que era imperativo conquistar para debelar a ameaça que constituíam para as terras cristãs já conquistadas.

A Sul do Mondego, a defesa do Condado mantinha-se em torno de castelos isolados como os de Penacova, Soure, Arouca, Miranda do Corvo, Penela e Ladeia, constituindo a zona compreendida entre Leiria e Ceres o limite flutuante em busca de um território mais extenso⁵.

A primeira atitude ofensiva de Afonso Henriques para com os muçulmanos foi a conquista e fundação de um castelo em Leiria, em 1135, cuja função consistia em servir de ponte de apoio avançado da posição estratégica do castelo de Soure que o Infante doara alguns anos antes aos Templários. Este castelo constituía, até à conquista de Leiria, a mais importante defesa da cidade de Coimbra das incursões sarracenas vindas do Sul, particularmente de Santarém e que avançavam em direcção a Coimbra, através da região de Ladeia, situada entre Penela e Soure, a Este da Serra da Lousã⁶.

D. Afonso Henriques ordenou a ocupação desta zona, protegendo simultaneamente as comunidades da região. Inserido nesta estratégia, simultaneamente defensiva e ofensiva, mandou construir, em 1142, o castelo do Germanelo, junto ao Rabaçal e ainda, provavelmente na mesma época, os de Alvorge e Ansião. Estas operações estrategicamente articuladas asseguravam a defesa de Coimbra, permitindo aos habitantes dessas áreas cultivar as terras do seu termo, trabalhar com mais segurança, garantindo o abastecimento de géneros à cidade, ao mesmo tempo que faziam diminuir a dependência da região relativamente ao Norte e, em particular, em relação à região de Entre Douro e Minho, no que concerne ao abastecimento de produtos agrícolas e à criação de excedentes demográficos.

Contudo, e como referimos anteriormente, as operações lideradas por Afonso Henriques e pelos seus cavaleiros não eram somente defensivas. A edificação do castelo de Leiria, segundo fontes da época, nomeadamente a *Crónica de Afonso Imperador*, tinha como objectivo constituir também uma frente de ataque para Sul, em direcção às cidades muçulmanas de Santarém, Lisboa e Sintra. As operações cristãs em território inimigo sucediam-se, originando uma reacção muçulmana, em 1140, quando, aparentemente, o castelo de Leiria foi arrasado⁷.

⁵ José Mattoso, *Ob. cit.*

⁶ *Idem.*

⁷ *Idem.*



Aquando da chegada das hostes de Afonso Henriques, a região de Leiria era, segundo as fontes da época, os anais crúzios do século XII, um *locus vastæ solitudinis* (uma terra desabitada, sem gente e sem senhor), ou seja, um local ermo, desabitado e bravio, constituído por densos bosques, dotado de solos férteis, resultantes de séculos de não aproveitamento humano. Esta “terra de ninguém” era um local privilegiado para as inúmeras contendas da época entre os dois exércitos inimigos⁸.

A conquista e a fundação de Leiria constituíram uma intromissão numa zona neutra, sendo apresentadas pelas fontes cristãs como essenciais para a defesa dos campos de Coimbra. A ocupação de uma terra deserta e sem senhor era legítima a um senhor cristão, cujo interesse se conjugava com os interesses dos poderosos e influentes Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra. Este projecto comum tinha ainda como objectivo encontrar saída para uma população crescente. Assim, a ocupação da terra leiriense, que de fronteira passa a território, servia perfeitamente essa conjugação de interesses. Outra solução foi a conquista da “terra de pagãos”, com a tomada de cidades muçulmanas como Santarém e Lisboa, em 1147⁹.

O castelo de Soure, guarda-avanzado da cidade de Coimbra, tinha a missão de defesa, pelo Oeste, dos campos do Mondego. Contudo, não teria, na altura, uma missão ofensiva quer pelo facto do número de tropas aí presentes ser manifestamente insuficiente para desgastar a vitalidade muçulmana, quer pelo facto de Santarém, considerada o principal centro das razias contra Coimbra, se situar a uma distância bastante considerável para possibilitar um ataque eficaz da pouco numerosa cavalaria cristã. Era necessário encontrar um outro ponto, mais central e perto de Santarém, para permitir uma eficaz investida sobre a cidade. Leiria, pelos motivos aduzidos, servia perfeitamente esse papel estratégico.

Os campos de Coimbra, apesar da fortaleza avançada de Soure, situada no vértice do triângulo formado com as de Miranda do Corvo e de Montemor, continuavam a ser o alvo directo das arremetidas sarracenas, revelando a sua impotência militar para afastar os inimigos que, desta forma, enfraqueciam o Condado.

O castelo de Leiria servia perfeitamente a estratégia de Afonso Henriques pois constituía um escudo contra essas incursões, mas também servia como um poderoso posto avançado e sentinela vigilante sobre a base de operações a adquirir, ou melhor, a conquistar – a base do Tejo. Parece claro esse duplo objectivo da edificação do castelo de Leiria: de defesa por um lado e, de centro de ataque contra os muçulmanos, por outro. O processo de ocupação do território conquistado consistia na edificação de fortalezas, castelos e de complexos defensivos menores, que assegurassem a posse efectiva do território.

⁸ Saúl António Gomes, “Sobre a fundação undecentista de Leiria”, in *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

⁹ *Idem*.

Ao observarmos os perfis das defesas de Leiria, Ourém, Porto de Mós e Pombal, fortalezas que faziam parte dessa linha de defesa de Coimbra, no sentido Norte/Sul, constatamos uma hierarquização favorável a Leiria como centro mais importante num contexto militar e de povoamento. Leiria possuía uma maior proximidade do rio, fundamental para o abastecimento de água à fortaleza, desempenhando ainda um importante papel de auxiliar defensivo, dificultando as tentativas de ataque a partir do Norte para atingir as suas muralhas, o que não acontecia com os complexos acima referidos, que se situavam entre os 1500 metros e os 500 metros de distância das fortalezas¹⁰.

O castelo de Leiria contrastava com os campos ribeirinhos do Lis, onde predominavam as várzeas. Dominava ainda no confronto com as 7 colinas envolventes, menores em altitude que o morro da fortaleza, adquirindo assim um valor estratégico que os cristão não podiam e não queriam ignorar. A construção militar do século XII aliava os interesses da estratégia defensiva às disponibilidades locais quer orográficas, quer de matérias-primas para proceder à edificação e manutenção da fortaleza.

Leiria, Ourém, Pombal e Porto de Mós eram núcleos de defesa activa e não de ataque (embora Leiria, desempenhasse as duas funções). As fortalezas de Leiria, Ourém e Porto de Mós constituíam uma trilogia unitária, representando um investimento régio muito significativo, exigindo também uma rigorosa administração. Estes castelos traduziam também as bases físicas da autoridade régia ou dos seus delegados, sendo simultaneamente lugares de protecção em caso de ameaças exteriores. Os castelos de Porto de Mós e Ourém, a Sudeste e a Leste do de Leiria, terão sido, inicialmente, simples atalaias, postos avançados de vigia, construídos propositadamente para permitirem uma melhor defesa do povoamento e da exploração agrícola do território leiriense. Algumas destas fortalezas tornar-se-iam, posteriormente, em locais preferenciais de habitação senhorial, de acordo com a evolução do pequeno grupo do poder que de sociedade militar se transformava, progressivamente, em corpo governativo e administrante¹¹.

Conquistado o território e erigido o castelo, Afonso Henriques nomeou para seu Alcaide Paio Guterres, destacado fidalgo portugalense, o que revela a importância militar atribuída à fortaleza. Deste castelo partiram inúmeras incursões em território inimigo que, progressivamente, desgastaram Santarém.



¹⁰ Saúl António Gomes, *Ob. cit.*.

¹¹ *Idem.*



Em 1137, dois anos após a sua conquista, Leiria sofreu um ataque. Este aconteceu após uma pesada derrota cristã perto de Tomar, tendo causado danos significativos na região. Contudo, o castelo defendido pelo Alcaide Paio Guterres e pelos seus homens resistiu à investida. Todavia, o mesmo não aconteceu no ataque de 1140: a zona muralhada sofreu bastantes danos e o valoroso alcaide foi capturado e executado, juntamente com cerca de 250 cavaleiros que defendiam o castelo. Em 1144, o castelo é alvo de um novo ataque inimigo que deixa um rasto de destruição pelo seu caminho. O castelo foi tomado, tendo sido prontamente socorrido por Afonso Henriques, uma vez que esse ataque alcançou Soure, comprometendo a segurança de Coimbra. A conquista de Santarém convertia-se cada vez mais numa necessidade imediata, de forma a sustentar as investidas inimigas.

Santarém foi conquistada em 1147 seguida da conquista de Lisboa e Sintra. A partir desse momento, Leiria perde parte da sua função estratégica e embora, no decurso do século, a região compreendida entre o Mondego e o Tejo voltasse a sofrer ataques muçulmanos, Leiria tinha alcançado a estabilidade necessária para se poder desenvolver.

Aproveitando uma situação favorável, as conquistas prosseguiram rapidamente para além do Tejo: Alcácer do Sal caiu à quarta tentativa (1159), sendo no ano seguinte ocupadas duas importantes cidades do Alentejo, Évora e Beja. Os Almóadas, muçulmanos que vieram em auxílio dos seus irmãos da Península Ibérica, trouxeram com eles um renascimento do poder muçulmano na Península, pelo que a Reconquista Cristã sofreu vários reveses: todas as terras recém-conquistadas a Sul do Tejo (excepto Évora, que ficou isolada) foram perdidas. Nesta investida muçulmana, Santarém sofreu um cerco e Torres Novas foi tomada, chegando a ameaça ao castelo dos Templários, em Tomar, ao mesmo tempo que os sarracenos se estabeleciam em Almada, frente a Lisboa (1190).

No início do século XIII, com o declínio do Império Almóada, as principais terras do Alentejo caíram sucessivamente em poder dos portugueses e, em 1238, iniciou-se a conquista do Algarve Oriental, a partir da margem do Guadiana. Em 1249, a Reconquista ficou completa com a tomada da última praça muçulmana do Algarve por D. Afonso III.

A Reconquista, num impasse durante muitos séculos, desenvolveu-se rapidamente entre as primeiras acções militares de Afonso Henriques e a ocupação das últimas povoações do Algarve, já no reinado de D. Afonso III. Durante este período, houve pouca entreajuda entre Portugal e os outros reinos cristãos da Península Ibérica; pelo contrário, as terras de além-Guadiana e do Algarve foram quase sempre motivos de discórdia entre os dois Estados, conflitos que eram resolvidos através do recurso à força das armas.

Assim, as principais fases da Reconquista Cristã duraram um século e meio até à consolidação do domínio no Douro, dois séculos do Douro ao Mondego, oitenta anos do Mondego ao Tejo e, um século do Tejo ao Alentejo e Algarve. Em 114 anos de independência e, durante os cinco primeiros reinados, incorporaram-se no território nacional quase dois terços da sua extensão total¹².



¹² Orlando Ribeiro, *Ob. cit.*



LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

O Povoamento

Leiria é fruto da Reconquista Cristã do século XII, consolidando as suas estruturas nos séculos seguintes, embora a presença humana na região remonte ao período pré-histórico, durante o qual o homem habitou a bacia hidrográfica do Rio Lis. Do período clássico restam vestígios da presença romana, patente nas notícias sobre *Collippo*. Essa presença romana parece ter-se estruturado com base na dispersão das *villæ*, assentes na exploração agrícola, que não terão sobrevivido ao impacto das Invasões Bárbaras no século V. Assim, parece claro que não existia um núcleo urbano com força suficiente para aglutinar e promover a continuidade do modelo de povoamento e exploração rural que permitisse a sua sobrevivência aos novos invasores, ideia que é reforçada pela ausência de fontes quer cristãs, quer muçulmanas que o confirmem. A presença muçulmana em Leiria quase não deixou vestígios, levando a supor que durante a sua permanência na Península Ibérica não constituiu aí nenhum núcleo de povoamento, o que é demonstrativo da sua incapacidade humana e demográfica para se fixar por todo o território peninsular. Assim, não é de estranhar que, no século XII, esta região fosse descrita como uma "terra de ninguém"¹³.

A existência de um povoamento estruturado em Leiria só aconteceu com a sua conquista e com a já referida edificação do castelo. Um texto historiográfico de Santa Cruz de Coimbra, redigido por volta de 1185, a *Chronica Gothorum*, refere que quer a construção do castelo, quer o povoamento de Leiria resultaram de uma decisão pessoal do rei. À nova povoação deu-se o nome de *Leirena*, nome que aparece amiúde na documentação medieval, embora a origem do topónimo levante ainda muitas dúvidas.

Com a crescente segurança na região, deu-se um rápido desenvolvimento dos espaços, primeiro intra-muralhas e depois a consequente fixação da população em zonas não muralhadas, procurando a proximidade dos rossios. Leiria recebeu a sua primeira Carta de Foral em 1142, dada por Afonso Henriques, fruto do desenvolvimento da povoação ao mesmo tempo que fomentava o crescimento do povoado. Ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Afonso Henriques concedeu a jurisdição espiritual e eclesiástica da igreja de Santa Maria da Pena (a primeira igreja a ser edificada em Leiria), assim como de todas aquelas que fossem construídas no seu termo.

Com a estabilidade alcançada após a conquista de Santarém, a população, já no reinado de D. Sancho I, abandona o espaço intra-muralhas, estendendo-se em direcção ao rio, para Poente, fixando-se, preferencialmente, junto a igrejas, sinal da forte religiosidade da época. O aglomerado urbano foi crescendo, concentrando-se junto a edifícios com funções religiosas, constituindo cinco importantes



¹³ Saúl António Gomes, "Sobre a fundação undecentista de Leiria", in *Actas do Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1991.

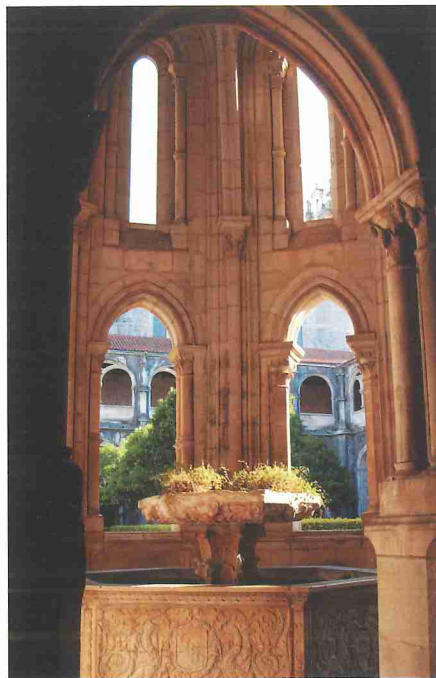
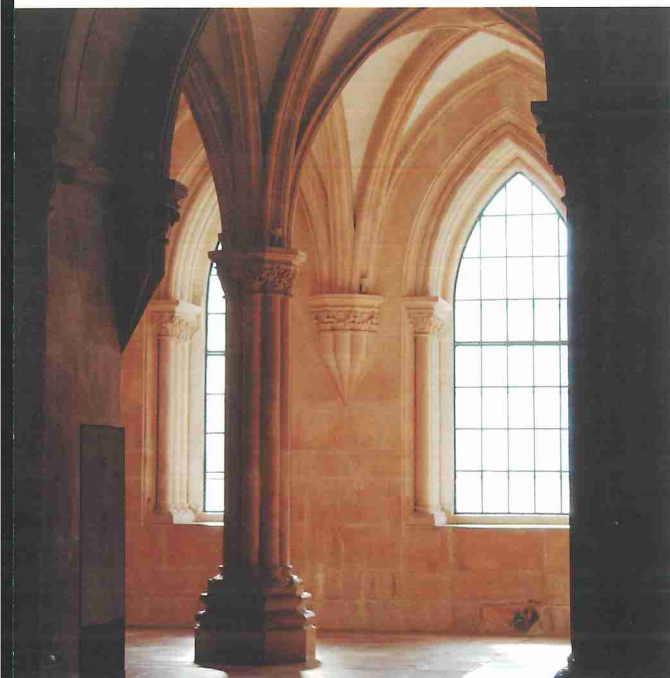
núcleos populacionais: junto às igrejas e paróquias de Santa Maria da Pena e de São Pedro, no espaço intra-muralhas, e às de São Martinho, Santo Estevão e Santiago, fora do espaço muralhado¹⁴. Em 1195, D. Sancho I concedeu novo foral a Leiria, demonstrando o rápido crescimento demográfico da vila que, até ao século XVIII, cresceu confinada à margem esquerda do rio Lis, condicionada pelo seu leito e pelas inundações por este provocadas. A malha urbana tornou-se mais densa a Sul do Castelo, junto ao denominado “cotovelo do Lis”. Nessa zona, particularmente junto à igreja de São Martinho, irão desenvolver-se as actividades comerciais. Esta evidenciava-se no plano urbano pela posição privilegiada que ocupava numa época em que as transacções comerciais eram a principal razão da existência dos aglomerados urbanos.

A vila medieval cresceu encostada ao morro que sustentava o castelo e as suas ruas abriram-se em dédalo, para Sul, sendo que a exposição solar constituiu um dos principais factores da preferência dos leirienses para a sua fixação.

Em virtude do crescimento da vila, verificado nos inícios do século XVI, D. João III eleva Leiria à categoria de cidade a 13 de Junho de 1545. Sensivelmente na mesma altura, Leiria foi elevada a sede de Bispado, o que produziu algumas alterações na malha urbana da nova cidade, nomeadamente na abertura de novas ruas em direcção à nova Sé Catedral, concluída por volta de 1574. A agora cidade organizava-se preferencialmente em torno da Praça de São Martinho que, mediante um contrato entre a Câmara e o Bispo de Leiria, havia sido construída no lugar até então ocupado pela Igreja de São Martinho. Além das funções comerciais, a referida praça assumia também as funções de sede do governo do concelho, onde se situava o Pelourinho, a Casa da Câmara e a Cadeia¹⁵.

Merece ainda particular relevo o facto de Leiria ter sido, segundo alguns autores, pioneira da introdução da *Arte de Imprimissão* em Portugal. Tal hipótese é defendida pelo facto de já existirem moinhos na vila, nos quais se fabricava o papel. Estes teriam sido introduzidos em Leiria em 1411, por um Alvará concedido a um leiriense por D. João I. Contudo, independentemente de Leiria ter sido ou não pioneira na introdução desta arte e dos moinhos de papel em Portugal, é consensual que, se não teve a primazia, foi pelo menos das primeiras cidades do reino a introduzir tão revolucionária invenção¹⁶.

Relativamente ao espaço em estudo, a região de Leiria, o seu povoamento também se tornou possível após a conquista de Santarém. À medida que a Reconquista avançava para Sul, os reis iam concedendo Cartas de Foral, instituindo novos concelhos com o objectivo de fomentar o povoamento de terras que até então tinham estado sob o domínio muçulmano. Entre as povoações agraciadas com Carta de Foral nos primeiros anos da monarquia portuguesa encontram-se, entre outras, Pombal, Castanheira de Pêra, Penela, Alvaiázere, Alcobça, Redinha, Ourém e Figueiró dos Vinhos.



¹⁴ Ana Paula Margarido, Leiria, *História e morfologia urbana*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1988.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, vol. 1, 2ª ed., Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1993.



Tendo perdido a sua função militar, a região caiu sob o domínio das ordens religiosas que, progressivamente, alargaram os seus domínios. Estas terão um papel de primordial importância na promoção das actividades económicas e do povoamento da região, particularmente a Ordem de Cister, em Alcobaça, com os seus vastos Coutos.

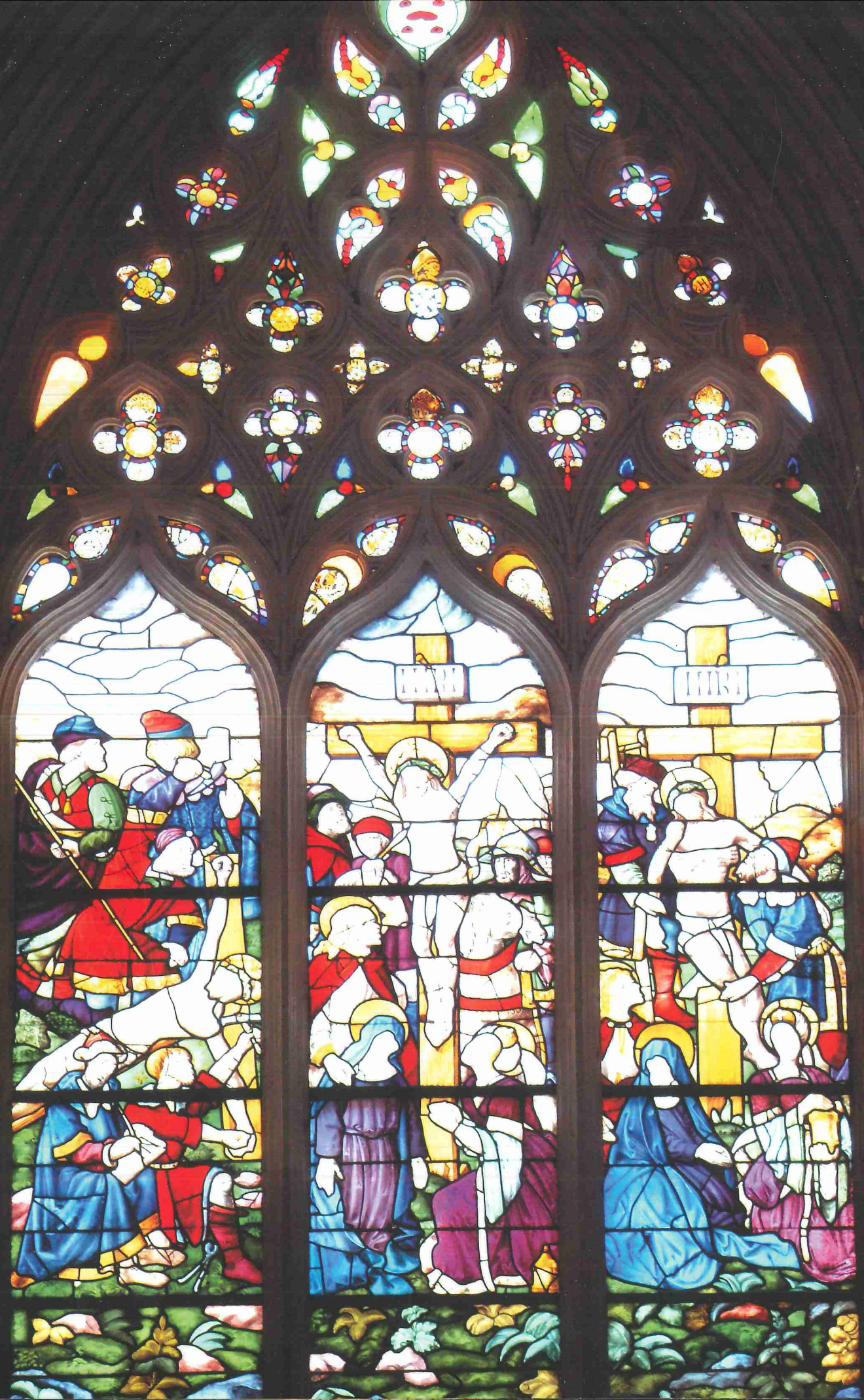
Alcobaça terá nascido de um juramento de Afonso Henriques aquando da tomada de Santarém – no caso de vencer a batalha, jurou mandar erguer um grande mosteiro que englobasse as terras compreendidas entre a Serra de Albardos e o mar. D. Afonso Henriques venceu e cumpriu o seu juramento. Alcobaça nasceu em 1153, por carta de doação e de couto a favor dos monges de São Bernardo, surgindo uma nova realidade política e económica em Portugal: o Mosteiro de Alcobaça irá converter-se na “capital do império cisterciense” no reino de Portugal.

O novo mosteiro recebeu grandes doações até finais do século XII, além de alguns privilégios como a isenção de pagamento de portagens na compra e venda de produtos em todo o reino (1157) e, entre outras, a mercê da propriedade régia entre os castelos de Leiria e de Óbidos. D. Sancho II, no seu testamento, doou-lhe as vilas de Porto de Mós e de Cornaga, assim como de Porto de Salir. Os bens do mosteiro estendiam-se um pouco por todo o reino, fruto das constantes doações de que era alvo. O seu domínio abrangia toda a região compreendida entre São Pedro de Moel e a Lourinhã, e entre a Serra dos Candeeiros e Rio Maior.

Com uma área superior a 60 000 hectares, os Coutos de Alcobaça englobavam 14 vilas (Porto de Mós, Aljubarrota, Maiorga e Vestiaria, entre outras) e quatro portos de mar (Salir, Pederneira, Cós e Alfeizerão), onde os monges exerciam a sua autoridade, cobravam impostos e detinham o monopólio da vida económica. Os Coutos de Alcobaça constituíam o maior latifúndio da região de Leiria, sendo das terras mais produtivas de todo o reino. Nas famosas granjas de Alcobaça cultivavam-se cereais, frutos, linho, azeite, sendo uma espécie de escola para as actividades agrícolas e para as indústrias anexas. Nelas, além de trabalharem monges, laboravam também agricultores, pastores, oleiros, ferreiros e, entre outros, pastores. Nos Coutos explorava-se também o sal (Salir), sendo os mesmos servidos pelos quatro portos acima referidos que, por sua vez, proporcionavam a prática da actividade piscatória¹⁷.

Aos colonos que se pretendiam fixar nos coutos, o mosteiro concedia forais ou cartas de povoação. Alcobaça foi, talvez, a maior oficina do reino, ao valorizar a terra e ao incrementar o povoamento. Embora dedicassem grande parte do seu tempo à administração das suas propriedades, os monges não descuravam os seus deveres de religiosos, nem o seu papel de cultores das letras. O mosteiro destacava-se pela sua importante biblioteca, com algumas centenas de Códices e pelo seu *Scriptorium*, onde laboriosos monges copistas cumpriam o seu dever de guardiães da memória e da erudição do passado e, simultaneamente, de redactores dos tempos presentes.

¹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, 4ª ed., Editorial Verbo, s.l., 1990.



LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

O Papel da região na construção do Estado Português Alguns acontecimentos marcantes da sua história

D. Sancho II travou vários combates quer com os prelados, quer com o seu próprio irmão, o Conde de Bolonha, futuro Afonso III, com o qual se envolveu numa guerra civil pelo trono de Portugal. Os vários concelhos da região adoptaram posições diferentes perante este conflito. O concelho de Leiria tomou partido contra D. Sancho II, ou seja, a favor do Conde de Bolonha, enquanto que o concelho de Óbidos permaneceu fiel ao seu legítimo rei, D. Sancho II, inaugurando uma “tradição” que se manteve ao longo da sua história, só entregando a vila após a morte daquele que consideravam o seu rei, apesar de Afonso III ter já assumido, na prática, o governo do reino. Contrariamente ao que seria de esperar, D. Afonso III não retaliou ou prejudicou os obidenses: pelo contrário, recompensou-os pela sua lealdade para com o seu rei legítimo, atribuindo-lhe o título de “Sempre Leal” que se juntou ao “Nobre” que já possuía, passando a ostentar o título de “Nobre e Sempre Leal” vila de Óbidos.

Em 1254, D. Afonso III, o Bolonhês, convocou as Cortes que reuniram em Leiria – as Cortes de Leiria de 1254, como ficaram conhecidas para a posteridade -, nas quais tomaram parte, pela primeira vez, os procuradores dos concelhos uma vez que, até essa data, apenas tinham assento nas Cortes os membros da nobreza e do clero, enquanto consultores do rei em matéria de governação.

As Cortes de Leiria foram convocadas dentro de um novo espírito, com o reino já formado e com um rei que promovia o municipalismo, procurando ter a seu lado os homens do comércio. D. Afonso III propôs-se a tratar o “estado do reino”, juntando pela primeira vez as três ordens sociais, de forma a decidir o que fosse conveniente para o reino. Nelas foram tomadas várias medidas como a concessão do Foral de Beja e a confirmação do segundo Foral da Guarda, a resolução dos agravos da Sé do Porto, de Santarém e do Mosteiro de Alcobaça, alguns diplomas para o concelho de Lisboa, de Guimarães e para o Mosteiro do Bouro, assim como da fixação do novo tributo de moeda para evitar as consequências que uma possível quebra poderia ter¹⁸.



¹⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, 4ª ed., Editorial Verbo, s.l., 1990.



¹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *Ob. cit.*.

A importância das Cortes de Leiria resulta da participação activa dos concelhos que começaram a ganhar consciência da autonomia municipal face aos privilégios do clero e da nobreza. A coroa aproveitou a força política do povo para aumentar a sua autoridade, numa aliança tácita que iria funcionar até ao século XV. As Cortes de Leiria de 1254 representaram a primeira tentativa de um equilíbrio de poderes que realçou a voz dos concelhos. A partir daí os corpos regionais passaram a ter assento nas Cortes e, desta forma, na governação do reino.

Cerca de um século mais tarde, em 1372, D. Fernando reuniu as Cortes em Leiria para discutir a quebra da moeda, exigida pelo facto do rei andar envolvido em guerras com Castela e necessitar de moeda para as despesas. Em Novembro de 1376, o mesmo monarca convocou novamente as Cortes para a mesma vila com o objectivo de tratar da sucessão da coroa a favor da sua filha D. Beatriz.

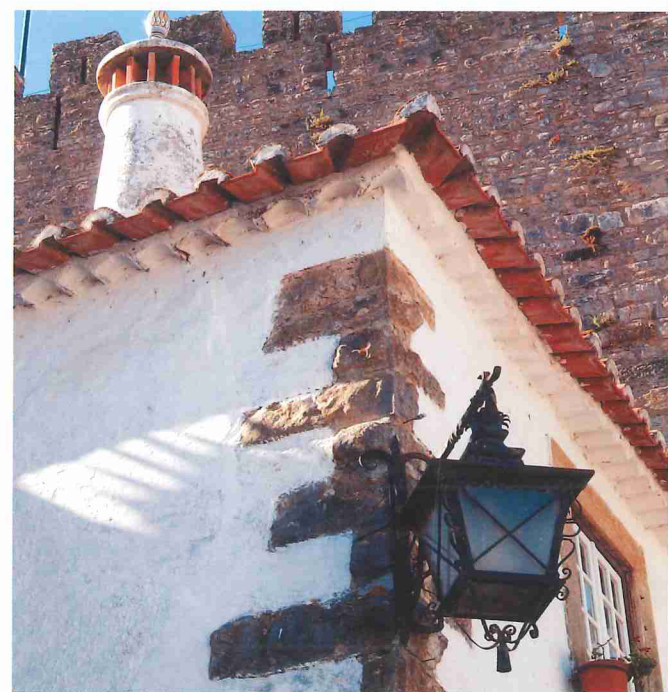
No reinado de D. Duarte, em 1438, reuniram-se também as Cortes em Leiria mas estas terminaram em Santarém. O objectivo era estudar a possibilidade de se negociar a libertação de D. Fernando, o Infante Santo, irmão do rei, preso em Fez. Em 1580, no início do reinado de Filipe I foram convocadas Cortes para Leiria mas, não considerando a cidade suficientemente segura, o rei espanhol transferiu a reunião para Santarém¹⁹.

Destaca-se ainda o facto de D. Dinis e da sua esposa serem presença frequente na região, com algumas temporadas passadas quer no castelo de Leiria, quer no castelo de Óbidos, deixando a sua marca nestas localidades, particularmente em Leiria, onde procederam a obras no castelo (nomeadamente na Torre de Menagem, mandada construir por D. Dinis), no assoreamento de pântanos, na reorganização do Pinhal de Leiria, sendo a sua presença assinalada nas numerosas lendas que povoam o imaginário de algumas localidades da região.



A fidelidade de Leiria seria novamente colocada em causa aquando da guerra que eclodiu entre pai e filho, isto é, entre D. Dinis e o seu filho, o príncipe herdeiro D. Afonso, futuro Afonso IV. Entre as causas deste confronto destacam-se as relações privilegiadas que o rei tinha com um filho bastardo, também de nome Afonso, a quem o príncipe herdeiro via como uma ameaça à sua ascensão ao trono. Assim, em 1321, o príncipe herdeiro partiu de Coimbra em direcção a Leiria, onde as suas tropas e os seus partidários locais provocaram vários desacatos. D. Dinis tomou o castelo e castigou exemplarmente os fidalgos leirienses que apoiaram o seu filho nessa intentona, condenando-os à morte e apropriando-se dos seus bens. Entretanto, a rainha D. Isabel desempenhava um papel fundamental no apaziguamento dos dois beligerantes, restabelecendo a paz entre ambos, o que aconteceu pouco antes da morte do rei.

Esta não foi, contudo, a última vez que a fidelidade e lealdade de Leiria seriam colocadas à prova. Durante a crise de 1383-85, Portugal dividiu-se no reconhecimento do novo rei, face aos pretendentes que se apresentavam, destacando-se, entre eles, D. João, rei de Castela, casado com D. Beatriz, filha do falecido monarca e D. João, Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro I. O reino dividiu-se e a sociedade fragmentou-se. Leiria tomou o partido do monarca castelhano aquando da sua entrada em Portugal, acompanhado pelo seu poderoso exército para defender os seus direitos: numa primeira tentativa cercou Lisboa mas, uma epidemia obrigou-o a regressar a Castela. Em 1385, numa nova investida, D. João de Castela entrou por Ribacoa, conquistou Almeida,



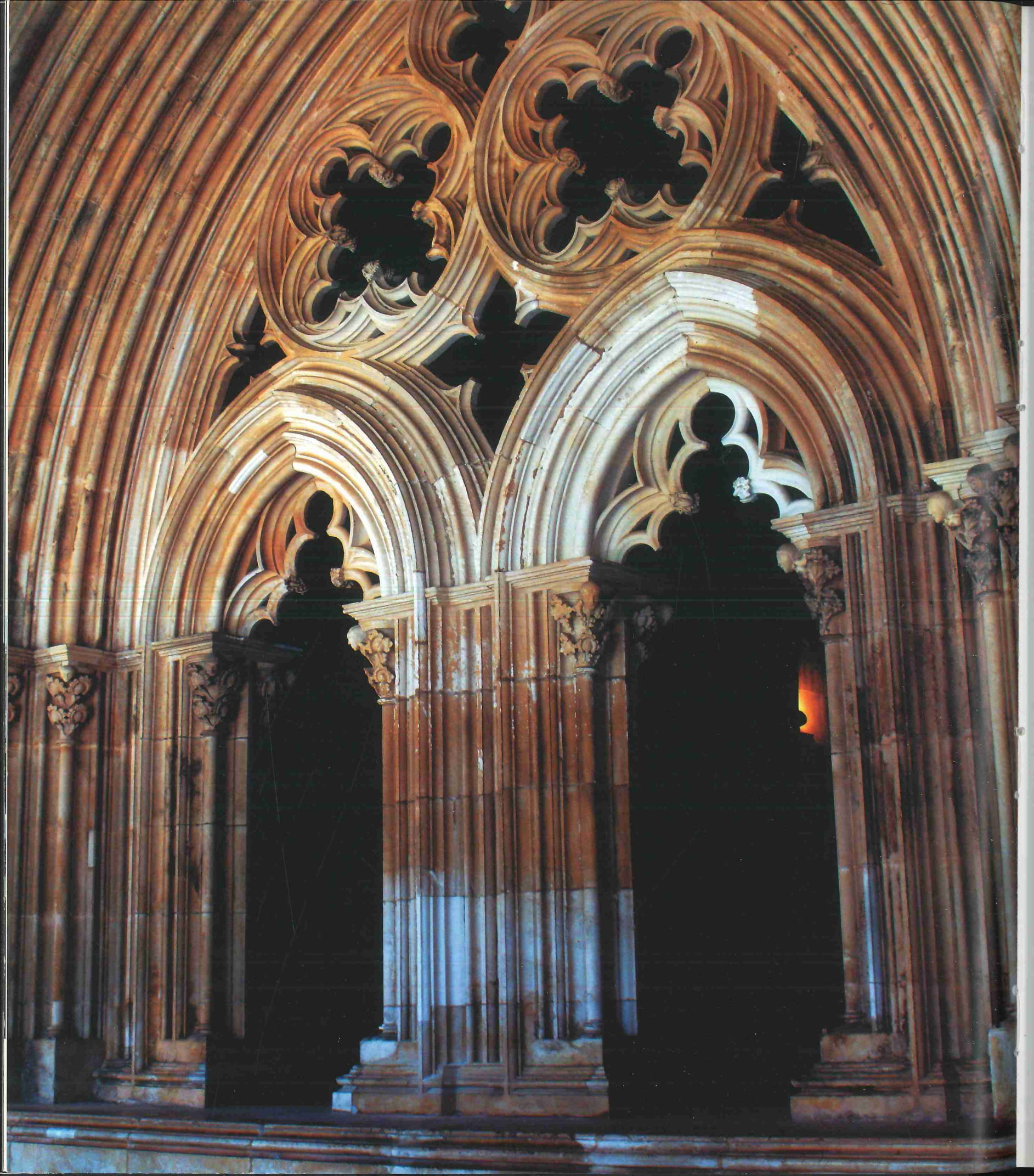
marchando sobre Lisboa em direcção à Foz do Tejo. Ao longo do caminho, o exército castelhano cometeu inúmeras crueldades sobre as populações. Na vila de Soure deparou-se com o exército comandado pelo Condestável Nuno Álvares Pereira, que fora ao seu encontro para evitar a destruição do reino através de negociações entre as duas partes. Essas negociações implicavam o reconhecimento do rei castelhano como rei de Portugal, pelo que as conversações saíram goradas.

A 10 de Agosto, os castelhanos chegaram a Pombal, entrando em Leiria no dia seguinte. Para defender a linha do Tejo, logo Lisboa, o exército português fixara-se na região de Abrantes





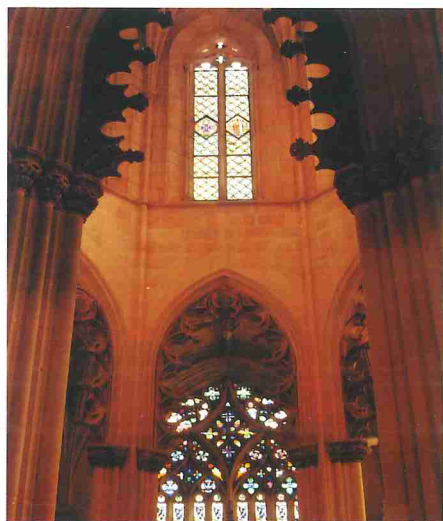
e Tomar. Era imperativo barrar o caminho aos castelhanos para estes não conquistarem Lisboa e, a partir daí, dominarem Portugal. Era flagrante a desigualdade numérica entre os dois exércitos, com a superioridade a pender para os castelhanos, embora as fontes e os autores se mostrem divergentes quanto ao número de efectivos de cada lado. De Tomar, os portugueses dirigiram-se para Ourém, estando em Porto de Mós no dia seguinte. No dia 14, para impedir a passagem do exército inimigo, as tropas portuguesas colocaram-se numa colina entre duas ribeiras aferentes ao rio Lena, numa estratégia defensiva inovadora, delineada pelo Condestável – o sistema do quadrado –, para tirar vantagem do papel defensivo da infantaria. A estratégia inovadora alcançou os seus objectivos com a esmagadora



vitória portuguesa²⁰. Nesse dia assegurou-se a independência nacional e, por tal feito, não surpreende ninguém que Aljubarrota tenha permanecido, ao longo dos séculos, como um marco decisivo da História Portuguesa, povoando ainda o imaginário colectivo ao mesmo tempo que preenche o ego de um povo nem sempre habituado a vencer.

A vitória na Batalha de Aljubarrota será sempre recordada através do Mosteiro construído em sua memória. Este é o resultado de um voto feito por D. João I aquando da batalha. O rei cumpriu o seu voto, dando origem ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, um dos mais belos exemplares do gótico em Portugal, mais tarde acrescentado com elementos manuelinos. A sua edificação iniciou-se em 1388, sendo a obra o resultado do trabalho de mestres portugueses e ingleses que trabalharam na sua construção. O trabalho dos últimos está patente na fachada principal da igreja que denota claras influências inglesas.

Além da beleza arquitectónica do edifício, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória vale também pelo seu simbolismo histórico, não apenas porque celebra a batalha decisiva para a independência do reino mas, também, porque se transformou no primeiro panteão da dinastia de Avis assim como, mais tarde, o Mosteiro de Santa Maria de Belém desempenhará essa função no reinado de D. Manuel I. O volume dessa massa arquitectónica faz desse conjunto a expressão histórica de um povo que tinha acabado de alicerçar uma página da sua história e de um rei que pretendia mostrar a grandeza e a legitimidade do seu reinado e da dinastia por ele fundada.



²⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *Ob. cit.*.



A
CUILHERME
STEPHENS
O
PESSOAL
DA
NACIONAL
FABRICA
DE VIDROS
1941

LEIRIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

O Processo de Industrialização no século XVIII

Se a primeira metade do século XVIII se regeu sob a égide do ouro, a segunda metade do mesmo está indubitavelmente ligada à figura do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, e à sua política de fomento do comércio e da indústria.

O Marquês de Pombal não foi, e não é, um homem de consensos. Amado ou odiado, a sua importância na História Portuguesa é inquestionável. Homem viajado e conhecedor da realidade europeia tentou recuperar o reino de uma grave crise económica que este atravessava. O Terramoto de Lisboa de 1755 e as medidas por ele tomadas para reconstruir a cidade e enfrentar a difícil situação demonstram o seu pragmatismo. Entretanto, toma medidas muito duras no sentido de controlar a sociedade, particularmente a nobreza e os jesuítas, a quem envolve na, por alguns considerada hipotética, tentativa de regicídio: aterroriza os primeiros, ao implicar e mandar executar algumas das mais importantes famílias portuguesas que considerava estarem envolvidas e, em 1759, expulsa os segundos, que considerava responsáveis pelo atraso português. A sociedade estava, desta forma, controlada.

Contudo, com a diminuição das remessas do ouro do Brasil e com a crise verificada na produção e exportação de produtos coloniais, Portugal, cuja economia assentava essencialmente em produtos nacionais como o vinho, sal, frutas e azeite, e em produtos coloniais como tabaco, açúcar, madeiras, cacau e escravos, entrou numa profunda crise. A balança comercial era desfavorável, importando-se trigo e outros cereais, manufacturas e géneros alimentícios, entre outros, que eram trocados pelos produtos nacionais. O que faltava era pago em ouro. Claro que, quando este começou a diminuir perdeu-se o precário equilíbrio da balança comercial, ao mesmo tempo que, devido a vários condicionalismos, as exportações também diminuíram, enfrentando a concorrência de produtos de outros países. Perante isto, restava ao Marquês duas alternativas: a dependência ou o aumento da produção interna para suprir as necessidades do reino. A política pombalina, a partir de 1762, está intimamente relacionada com estes problemas económicos²¹.

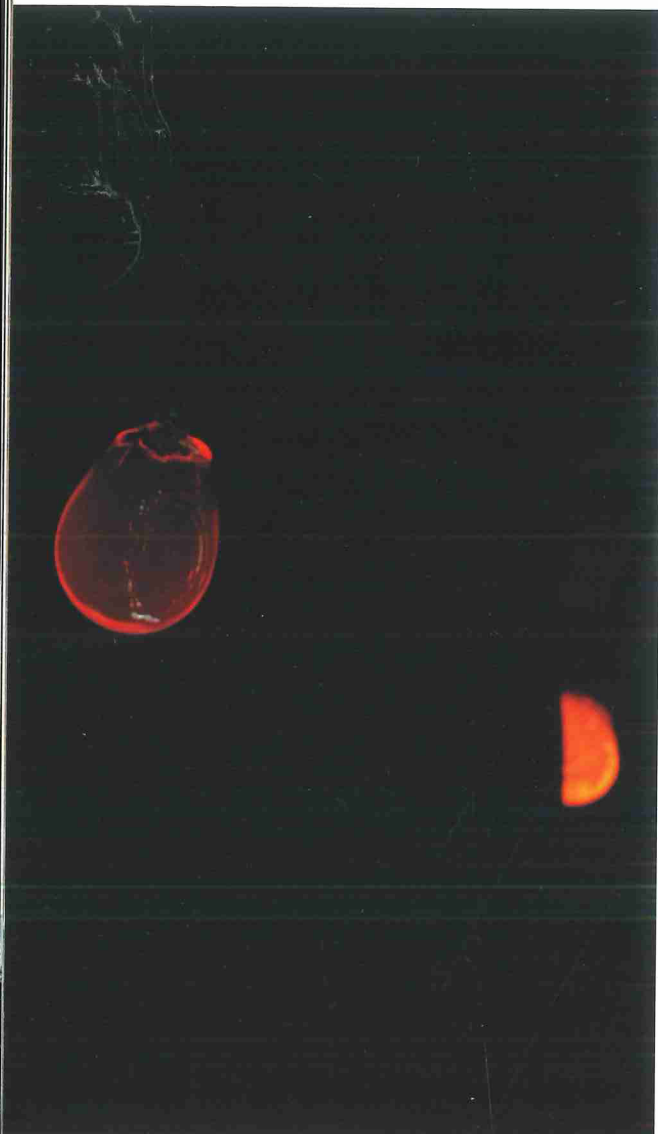
O reinado de D. José decorreu sob o signo do mercantilismo, uma política que tinha como objectivo activar as manufacturas sob o controle ou protecção do Estado. Visava criar condições para o fomento industrial e comercial com vista a diminuir o recurso ao mercado externo, principal causa da sangria do Tesouro.

Para valorizar o país era necessário efectuar um progresso técnico. Este assentava quer na posse de matérias-primas, quer no recurso a mão-de-obra especializada portuguesa. Desta forma, acabaria a dependência da economia portuguesa para com a Inglaterra e a França, através do fortalecimento da moeda portuguesa e a abertura do mercado de trabalho à população inactiva.

O incremento da indústria implicava a existência de um sistema comercial eficiente, capaz de escoar os bens e evitar a ruptura quer pelo excesso de produção, quer pelo mau escoamento dos produtos. O pensamento económico pombalino dedicou mais atenção e apoio ao comércio e à indústria do que à agricultura, onde a sua intervenção ficou aquém das expectativas. Foi neste aspecto que residiu a maior fragilidade do sistema económico pombalino quando na Europa se impunham e desenvolviam as correntes fisiocratas.



²¹ Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, 2ª ed., Ed. Moraes, Lisboa, 1982.



Estas consagravam a agricultura como a principal fonte de riqueza e sustento das populações. Em Portugal, embora existissem alguns defensores do fisiocratismo, este não encontrou eco junto do poderoso Ministro do Reino, que se decidiu, indubitavelmente, pelo mercantilismo, embora não tenha descurado totalmente os problemas agrícolas, os quais remeteu para um lugar secundário.

A sua concepção de Estado foi arquitectada num quadro euro-ultramarino, na integração económica dos domínios de além-mar e da Metrópole. A nossa agricultura, com excepção do azeite e do vinho, desempenhava um papel de pouco relevo nesse circuito, onde o ouro, os diamantes e as matérias-primas se destinavam à elaboração e maior distribuição de bens de consumo.

O governo pombalino reconheceu as vantagens de investir em novas fábricas, tendo como objectivo o desenvolvimento da indústria têxtil no reino, uma área na qual Portugal tinha graves carências, recorrendo sistematicamente à sua importação, particularmente de Inglaterra. O Marquês de Pombal aproveitou as indústrias existentes, dispersas e artesanais, promovendo a abertura e o reforço das fábricas, concedendo privilégios, subsídios e isenções quer na importação de matérias-primas, quer na exportação de tecidos²².

Além da fábrica da Covilhã, outras manufacturas foram criadas pois era uma indústria rendosa e, embora tivesse os seus principais centros de produção nas Beiras, a sua irradiação foi a nível nacional. A Região Centro também foi contemplada com esta política de fomento industrial pombalina. A indústria têxtil encontrava-se representada em Tomar e Alcobaça, embora nunca alcançasse a projecção das manufacturas radicadas no interior. A fábrica de Tomar, além de tecidos de seda, produzia também de linho e a de Alcobaça produzia tecidos de algodão e de linho.

Contudo, merece especial destaque, pela sua importância histórica e projecção nacional, a implantação da indústria vidreira quando, por volta de 1748, foi transferida a Fábrica de Vidros de Coima para a Marinha Grande. Para a instalação e desenvolvimento de uma indústria vidreira, impunha-se que o local cumprisse várias condições, as quais a Marinha Grande cumpria integralmente: tinha abundância de madeira, fornecida pela proximidade do Pinhal d'El-Rei, dispunha de matéria-prima próxima e situava-se perto de vias de comunicação que facilitavam o transporte do vidro e das matérias-primas necessárias.

O local escolhido foi uma pequena freguesia do termo de Leiria, a futura Marinha Grande que, segundo as *Memórias Paroquiais de 1758*, tinha menos de 1000 habitantes. A fixação da indústria, o seu desenvolvimento e a fixação de operários nacionais e estrangeiros, e das suas famílias levou, a que 40 anos depois, em 1798, esta contasse já com 402 fogos, quase duplicando a sua população²³.

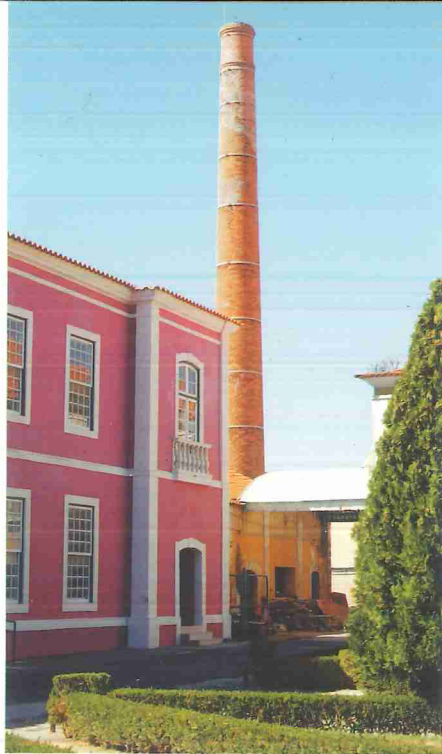
Em 1769, por alvará de 7 de Julho, o Marquês de Pombal entrega a administração da fábrica a Guilherme Stephens, um comerciante inglês estabelecido em Lisboa desde 1750. Este, em 1756, havia solicitado autorização para montar uma fábrica de cal. É incontestável que este comerciante tinha sentido de oportunidade uma vez que, com o Terramoto de 1755 e a conseqüente reconstrução de Lisboa, a cidade necessitaria de grandes quantidades de cal. Contudo, e apesar da cal ser indispensável para as obras a efectuar, a sua gestão não foi feliz, deixando Stephens arruinado, logo em 1761.

Apesar deste desaire, Stephens encontrou em Sebastião José de Carvalho e Melo um aliado e amigo que, em 1769 respondeu favoravelmente ao seu pedido, confiando-lhe a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. Esta indústria era essencial para o reino pois havia grande carência de vidros e de vidraças para janelas, de forma a satisfazerem as exigências dos prédios que se iam construindo em Lisboa.

A Real Fábrica foi a indústria lançada pelo Marquês de Pombal que mais êxito alcançou. Durante a gerência dos Stephens, primeiro de Guilherme Stephens e, após a sua morte, do seu irmão Diogo Stephens, a fábrica prosperou, dotando Portugal de vidro cristalino, sendo também a grande escola dos operários vidreiros portugueses,

²² Jorge Borges de Macedo, *Ob. cit.*

²³ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, 2ª ed., Editorial Verbo, s.l., 1990.



inaugurando uma tradição que se manteve até aos nossos dias. Quando pensamos em vidro ou cristal, lembramo-nos imediatamente da Marinha Grande e da sua indústria vidreira. Em 1773, a fábrica empregava mais de 300 pessoas. Stephens procurou garantir que os seus operários tivessem condições para trabalhar, dotando a fábrica e os seus arredores com açougues, tabernas e estalagens, entre outras comodidades.

Até ao final do século XVIII, sob a direcção dos Stephens, a fábrica conheceu um período áureo. A produção de vidro e de vidraças cresceu, exportando para todo o reino. Contudo, esse sucesso era garantido pela protecção que lhe era dada pelo governo, uma situação que se manteve durante o reinado seguinte, de D. Maria I, sinal de reconhecimento do seu valor e importância para a economia nacional.

Outra indústria, com particular destaque na região em estudo, resultou também da política pombalina, a indústria de chapéus, que teve como centro a vila de Pombal. A moda mandava usar chapéus, pelo que muito dinheiro se consumia na sua importação. A política mercantilista mandava que se evitassem as importações através do fomento de indústrias que produzissem esses produtos. Assim, a Real Fábrica de Chapéus, situada na vila de Pombal, procurava suprir esse gasto desnecessário. Esta fábrica estava anexa à Fábrica de Sedas existente na mesma vila, gozando de todos os seus inúmeros privilégios, nomeadamente da isenção do pagamento de direitos de entrada e de



saída das suas manufacturas. Tal originou grandes reclamações por parte das outras fábricas de chapéus, pelo que a regalia foi aplicada a todos os chapéus manufacturados no reino²⁴.

Para evitar o espectro de ruína que pairava sobre estas indústrias, já que aumentavam as importações de chapéus devido à sua maior qualidade, enquanto que os chapéus portugueses não se escoavam, o Marquês de Pombal lançou as pragmáticas, uma medida extrema que consistia na proibição da importação de chapéus, enquanto a produção portuguesa satisfizesse as necessidades do mercado. Merece ainda referência a existência, em 1770, de algumas saboarias em Alcobaça e Pombal, integradas na Coroa Real. A presença da política económica pombalina em Leiria é ainda atestada pela instalação de uma fábrica de grude, entregue ao empresário António Henriques de Gouveia.

Em 1777, aquando da subida ao poder de D. Maria I, o Marquês de Pombal é afastado do seu cargo e remetido ao exílio, passando o resto dos seus dias em Pombal, na Quinta da Gramela. Contudo, sem ele Portugal não seria certamente o mesmo. A sua marca ficará para sempre registada na nossa memória colectiva, independentemente do que dele foi escrito quer pelos seus detractores, quer pelos seus admiradores. Na região de Leiria, as cidades de Pombal e da Marinha Grande ficarão eternamente associadas à sua memória.

Em 1788, no reinado de D. Maria I, e segundo o mapa das fábricas do reino elaborado por Pina Manique, existiam várias na área em estudo. Em laboração continuava a Real Fábrica de Chapéus, na vila de Pombal, assim como as fábricas de algodão e linha em Tomar e Alcobaça, de tecidos de algodão, em Leiria e Alcobaça, tendo esta última também uma fábrica de tecidos de linho.

Durante a primeira fase do reinado de D. Maria I temos ainda registo do funcionamento de mais algumas manufacturas na região: uma fábrica de adiantar vidros e a Real Fábrica de Vidros na Marinha Grande, esta última ainda sob a direcção dos Stephens, e uma fábrica de seda, a funcionar na vila de Pombal.

Destacou-se também na região a actividade mineira. Havia abundância de mármore de várias qualidades: “excelentes” em Leiria, preto, com arsénico puro que tomava bom polimento em Porto de Mós, e de qualidades inferiores, em Monte Redondo, no concelho de Leiria e também, em Ansião. Continuava a extracção de ferro nas minas de Porto de Mós, Tomar e Figueiró dos Vinhos.

²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *Ob. cit.*.